

Classificados e Publicação Legal

PUBLICAÇÃO LEGAL

CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA N° 041/2026

SÚMULA: Exonerar servidor ocupante de cargo de provimento em comissão do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Reserva, Estado do Paraná.

A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente aquelas previstas no art. 25, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Reserva, e no art. 53, inciso XV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Reserva,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, de ofício, o Sr. ADRIANO PRAZERES FERNANDES DA SILVA, do cargo de Diretor de Controle Interno, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Reserva, Estado do Paraná.

Art. 2º A exoneração de que trata o art. 1º produzirá efeitos a partir de 21 de outubro de 2026, ficando o cargo declarado vago a partir da mesma data.

Art. 3º Determina-se aos setores competentes da Câmara Municipal de Reserva que procedam às anotações e aos registros funcionais decorrentes da presente exoneração, bem como às demais providências administrativas pertinentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 21 de outubro de 2026.

Câmara Municipal de Reserva, Estado do Paraná, em 20 de outubro de 2026.

JOSÉ ROBERTO TAQUES SZEREMETA
Presidente da Câmara Municipal de Reserva
Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA N° 043/2026

SÚMULA: Nomeia a Senhora Leilla Fabeille Soltovski para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Controle Interno do Poder Legislativo do Município de Reserva/PR, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Regimento Interno do Poder Legislativo, e:

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n° 379/2011, em especial o seu art. 9º, que estabelece que a nomeação para o cargo de Diretor de Controle Interno dentre pessoas que possuam nível superior e capacitação técnica para o exercício da função;

CONSIDERANDO a estrutura do Quadro Único de Pessoal do Poder Legislativo disposta pela Lei Municipal n° 633/2015, que prevê o cargo público de provimento em comissão de Diretor de Controle Interno, sob o Símbolo CC-4;

CONSIDERANDO as alterações estruturais e procedimentais trazidas pela Lei Municipal n° 643/2015 ao Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO a comprovação de capacitação técnica bem como o atendimento às exigências legais;

CONSIDERANDO as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal n° 13.709/2018 – LGPD), que primam pelos princípios da necessidade, adequação e minimização de dados no tratamento e publicação de atos oficiais da administração pública;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Senhora LEILLA FABIELLE SOLTOVSKI, brasileira, profissional graduada em Ciências Contábeis (Contadora), inscrita no CPF sob o nº XXX.381.059-XX e portadora do RG nº 9.282.577-X/PR, para exercer o cargo público de provimento em comissão de DIRETOR DE CONTROLE INTERNO, Símbolo CC-4, do Quadro Único de Pessoal da Câmara Municipal de Reserva/PR.

Art. 2º Compete à nomeada a gestão, coordenação e operacionalização do Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal, zelando pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, legitimidade e transparência, nos termos do art. 13 da Lei Municipal n° 379/2011 e das diretrizes da Lei Municipal n° 633/2015.

Art. 3º A nomeada fará jus à remuneração fixada para o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-4, em conformidade com o Anexo VI da Lei Municipal n° 633/2015 e atualizações vigentes.

Art. 4º Os dados pessoais constantes nesta Portaria foram adequados e protegidos em estrita observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), garantindo-se a transparência do ato público em consonância com o direito à privacidade e proteção de dados individuais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos administrativos, funcionais e financeiros a contar do dia 21 de outubro de 2026.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 20 de outubro de 2026.

JOSÉ ROBERTO TAQUES SZEREMETA
Presidente da Câmara Municipal de Reserva
Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA

ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N° 044/2026

Proc. Administrativo n.º 173/2026

OBJETO: Manutenção, conservação e recuperação das instalações elétricas de baixa tensão, dos sistemas de iluminação pública e das motobombas submersas pertencentes ou utilizadas pelo Município de Reserva/PR. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por lote. DATA/HORÁRIO: 29/10/2026 às 08h00min. LOCAL: Bolsa de Licitações e Leilões – BLL. O Edital e Anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no site da Prefeitura de Reserva/PR, e na plataforma BLL: www.bllcompras.org.br. Reserva/PR, 20 de outubro de 2026. José Ivan Bueno da Cruz – Secretário de Obras e Habitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE CONTRATO 103/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA. CONTRATADO: BEATRIZ DA LUZ FORTES CPF sob o n.º 036.921.739-03. OBJETO: O presente contrato tem como objeto a contratação de servidor para o exercício da função PROFESSOR – CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA – através do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026. PRAZO DE VIGÊNCIA: 20/10/2026 A 27/01/2027. VALOR REMUNERAÇÃO MENSAL: R\$ 1.661,94 (Um mil seiscentos e sessenta e um reais e noventa e quatro centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA

ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 075/2025

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO CONTRATO N° 347/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA/PR. CONTRATADA: VS FOODS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º CNPJ: 46.727.084/0001-60. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, nos termos da solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. VALOR DO ADITIVO: R\$ 51.478,68 (cinquenta e um mil quatrocentos e setenta e oito reais e sessenta e oito centavos). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA

ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 056/2025

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO CONTRATO N° 306/2025

CONTRATANTE: Município de Reserva/PR. CONTRATADA: VMI TECNOLOGIAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.659.246/0001-03. OBJETO: Aquisição de equipamentos, sistemas e mobiliários diversos, para serem instalados e utilizados no novo Pronto Atendimento Municipal - PAM, nos termos da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária. PRAZO DE VIGÊNCIA: 16/12/2026 A 16/12/2026. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 14.133/2021.

EDITAL DE LEILÃO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial Matrícula JUCEPAR N.º 12/048-L, e devidamente autorizado e designado pela Sra. Dra. Juíza do Trabalho ANA CLAUDIA RIBAS, Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR FAZ SABER, a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tomarem conhecimento, que ficam designados PRAÇA e LEILÃO para o dia 25 de Novembro de 2026 a partir das 10h00min por valor igual ou superior ao da avaliação e dia 03 de Dezembro de 2026 a partir das 10h00min, caso não hajam interessados na primeira data, para a venda a quem mais der desde que não se constitua preço vil, nas modalidades PRESENCIAL e ELETRÔNICA, a serem realizados Premium Vila Velha Hotel sito na R. Balduino Taques, 123, Centro, Ponta Grossa/PR, CEP 84040-000, e através da internet, no sítio: www.nakakoguelicoes.com.br, relativos aos bens penhorados nos autos a seguir relacionados: No caso do lote designado para a realização da Hasta Pública ser feriado ou não tiver expediente forense, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital. 01-Autos n.º. 0000420-60.2025.5.09.0678 - ATOrd 03ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR; Exequente (01) SANDRA MARA RODRIGUES BENSBERG (CPF/CNPJ 702.496.019-15); Executado (a) (01) ANA GLAUCIA CASTELO BRANCO PEREIRA BARBOSA ATIVIDADES (CPF/CNPJ 12.760.356/0001-02); Executado (a) (02) ANA GLAUCIE CASTELO BRANCO PEREIRA BARBOSA (CPF/CNPJ 457.519.359-34); Adv. Executado Ana Christina Castelo Branco Pereira Fortunato (OAB/PR 18069) End. da Guarda (01) Avenida Rio de Janeiro, 152, Jardim Apucarana, Apucarana/PR; Penhora realizada 29/04/2026 (fls. 218/226); Qualificação do(s) Bem (01) R\$ 330.362,08; Parte idêntica de 12,5% do imóvel de propriedade de EDSON FAISSAL BARBOSA. Descrição: Lote de Terras sob n.º. 19-REM (dezenove-REM), com área de 456,20m², da planta do JARDIM GOVERNADOR LUPION, Apucarana/PR, com as seguintes divisas e confrontações: Ao Norte com a Av. Rio de Janeiro com 21,90 metros, ao Sul com a Rua Fírmann Neto com 16,67 metros, a Leste com o lote 19-A com 20,20 metros, a Oeste com o lote 20 com 29,30 metros. Beneficiárias: Duas salas térrea e um apartamento na parte superior. Endereço: Av. Rio de Janeiro, 152, Jardim Governador Lupion, Apucarana/PR. Ocupação: Em uma das salas está instalada a empresa Brasília Borrachas/Casa das Borrachas Apucarana. A outra sala e o apartamento no andar superior estão desocupados. Avaliação Total do imóvel: O total do imóvel está avaliado em R\$ 2.642.896,65 (Dois milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e cinco centavos). Imóvel Matrícula nº 53606 do 1º CRI de Apucarana/PR. Venda Ad Corpus. Total da Avaliação R\$ 330.362,08; ÔNUS CONSTANTES DA MATRÍCULA: Matrícula - Bem nº 1: PROPRIETÁRIO(S): NIVIA PEREIRA BARBOSA, CPF. 858.704.479-68; EDSON FAISSAL BARBOSA, CPF 450.999.529-68, e s/m ANA GLEUCE CASTELO BRANCO PEREIRA; MARGA MARGARET BARBOSA, CPF 934.737.299-49; MAURICIO NELSON BARBOSA, CPF 547.802.769-34; MIRIAN CRISTINA BARBOSA, CPF 699.518.109-34. AV.1/53.606 – INDISPONIBILIDADE – 1ª Vara Cível de Maringá/PR, Autos: 0011586-21.2007.8.16.0017, bens de EDSON FAISSAL BARBOSA. AV.2/53.606 – INDISPONIBILIDADE – 1ª Vara do Trabalho de Camboriú/SC, Autos: 0002162-38.2010.5.12.0004, bens de EDSON FAISSAL BARBOSA. AV.3/53.606 – INDISPONIBILIDADE – 3ª Vara do Trabalho de Ponta grossa/PR, Autos: 0000643-81.2023.5.09.0678, bens de EDSON FAISSAL BARBOSA. 02-Autos n.º. 0000652-09.2024.5.09.0678 – ATOrd 03ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR; Exequente (01) ANA PAULA FERREIRA GONCALVES OLIVEIRA BORGES (CPF/CNPJ 040.022.659-60); Adv. Exequente Andressa Soltes (OAB/PR 24992); Executado (a) (01) MAI SERVICE - SERVIÇOS INTEGRADOS EM GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA (CPF/CNPJ 31.860.230.0001-21); Executado (a) (02) PAULO CESAR CILENTO NETO (CPF/CNPJ 086.511.309-29); End. da Guarda (01) Rua Graça Aranha, 620, Apto 306, Vargem Grande, Pinhais/PR; Penhora realizada 28/07/2026 (fls.1209/1214); Qualificação do(s) Bem (01) R\$ 319.306,00; Direitos que o executado possui sobre o APARTAMENTO nº 306 (trezentos e seis), do RESIDENCIAL FIRENZE, do tipo F, localizado no 3º Pavimento, situado na rua Graça Aranha nº 620, neste Município e Comarca; terá a área construída de utilização exclusiva de 50,1900m², área de uso comum de 11,9399m², perfazendo a área correspondente ao global construída de 62,1299m², quota do terreno de 53,5476m² e ainda direito de uso exclusivo de uma área descoberta de 12,0000m², referente a vaga de estacionamento vinculada, localizada no Térreo (Geral); Condomínio esse que será edificado sobre o lote de terreno 177-A (cento e setenta e sete-a), oriundo da subdivisão do lote nº 177, da Planta NÚCLEO COLONIAL DE PINHAIS, situado neste Município e Comarca, medindo 25,00 metros de frente para o lote nº 177-B (destinado ao alargamento da rua Graça Aranha - antiga Rua nº 02), do lado par e medindo aproximadamente 50,00 metros da esquina mais próxima, sendo esta a rua Guilherme Ceolin; por 77,20 metros de extensão da frente aos fundos, pelo lado direito de quem da referida rua olha o imóvel, confrontando com o lote nº 178; pelo lado esquerdo mede 77,14 metros, confrontando com o lote nº 176; e na linha de fundos mede 25,00 metros, confrontando com o lote nº 237; perfazendo a área total de 1.929.25m². Imóvel Matrícula nº 25040 do 1º CRI da cidade de PINHAIS/PR. Venda Ad Corpus. Total da Avaliação R\$ 319.306,00; DÉBITOS SOBRE O BEM PENHORADO – Alienação Fiduciária: R\$ 122.254,43 até 04/09/2026 (CONTRATO: 855553474004.1, Prazo 360 meses. Prazo Faltante: 237 Meses); ÔNUS CONSTANTES DA MATRÍCULA: Matrícula - Bem nº 1 R.01/25.040 - COMPRA E VENDA - Adquirente: PAULO CESAR CILENTO NETO e sua mulher CAMILA DIAS DA CRUZ CILENTO. Transmitemte: GADENS EMPREENDIMENTOS LTDA. R.2/25.040 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Credora: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF. Devedores: PAULO CESAR CILENTO NETO e sua mulher CAMILA DIAS DA CRUZ CILENTO. AV.03/25.040 - INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO - Apartamento objeto da matrícula foi concluído e instituído. Convenção registrada sob n.º 92.929, Livro 03, do Registro Auxiliar. AV.04/25.040 - AÇÃO PREMONITÓRIA - Autos: 0006430-70.2025.8.16.0001. 13ª Vara Cível de Curitiba/PR. Exequente: TICKET SERVICOS SA. Executado: ADENILSON XALAGA; MAI SERVICE - SERVIÇOS INTEGRADOS EM GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA; PAULO CESAR CILENTO NETO. AV.05/25.040 - INDISPONIBILIDADE - Au-

tos: 0000448-72.2024.5.09.0125. 2ª Vara do Trabalho de Pato Branco/PR. Executado: PAULO CESAR CILENTO NETO. AV.06/25.040 - INDISPONIBILIDADE - Autos: 0000989-95.2024.5.09.0678. 3ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR. Executado: PAULO CESAR CILENTO NETO. AV.07/25.040 - INDISPONIBILIDADE - Autos: 0000151-65.2024.5.09.0125. 2ª Vara do Trabalho de Pato Branco/PR. Executado: PAULO CESAR CILENTO NETO. AV.08/25.040 - INDISPONIBILIDADE - Autos: 0000206-16.2024.5.09.0125. 2ª Vara do Trabalho de Pato Branco/PR. Executado: PAULO CESAR CILENTO NETO. AV.09/25.040 - INDISPONIBILIDADE - Autos: 000103147.2024.5.09.0678. 3ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR. Executado: PAULO CESAR CILENTO NETO. AV.10/25.040 - INDISPONIBILIDADE - Autos: 0000523-04.2024.5.09.0678. 3ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR. Executado: PAULO CESAR CILENTO NETO. AV.11/25.040 - INDISPONIBILIDADE - Autos: 0001881-70.2024.5.09.0656. 3ª Vara do Trabalho de Castro/PR. Executado: PAULO CESAR CILENTO NETO. AV.12/25.040 - INDISPONIBILIDADE - Autos: 0001160-74.2024.5.09.0024. 1ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR. Executado: PAULO CESAR CILENTO NETO. AV.13/25.040 - INDISPONIBILIDADE - Autos: 0000501-32.2024.8.16.0033. 3ª Vara Cível da Fazenda Pública de Pinhais/PR. Executado: PAULO CESAR CILENTO NETO. AV.14/25.040 - INDISPONIBILIDADE - Autos: 0000655-83.2024.5.09.0024. 1ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR - Executado: PAULO CESAR CILENTO NETO. AV.15/25.040 - INDISPONIBILIDADE - Autos: 0000927-55.2024.5.09.0678. 3ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR. Executado: PAULO CESAR CILENTO NETO. AV.16/25.040 - INDISPONIBILIDADE - Autos: 0001012-63.2024.5.09.0024. 1ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR. Executado: PAULO CESAR CILENTO NETO. AV.17/25.040 - INDISPONIBILIDADE - Autos: 0000652-09.2024.5.09.0678. 3ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR. Executado: PAULO CESAR CILENTO NETO. AV.18/25.040 - INDISPONIBILIDADE - Autos: 0001805-46.2024.5.09.0656. 3ª Vara do Trabalho de Castro/PR. Executado: PAULO CESAR CILENTO NETO. AV.19/25.040 - INDISPONIBILIDADE - Autos: 0000113-65.2024.5.09.0024. 1ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR. Executado: PAULO CESAR CILENTO NETO. R.20/25.040 - PENHORA - Autos: 0000652-09.2024.5.09.0678. 3ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR. Exequente: ANA PAULA FERREIRA GONCALVES OLIVEIRA BORGES. Executado: PAULO CESAR CILENTO NETO e sua mulher CAMILA CRUZ CILENTO; e MAI SERVICE - SERVIÇOS INTEGRADOS EM GESTÃO DE MÃO DE OBRA LTDA e Outros. AV.21/Matr.25.040 - INDISPONIBILIDADE - Autos: 000079413.2024.5.09.0678. 3ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR. Executado: PAULO CESAR CILENTO NETO. AV.22/Matr.25.040 - INDISPONIBILIDADE - Autos: 0000909-34.2024.5.09.0678. 3ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR. Executado: PAULO CESAR CILENTO NETO. Para o ato foi designado o Sr. PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Oficial matriculado perante a Junta Comercial do Paraná sob o nº 12/048L que deverá atuar com estrita observância dos ditames contidos na Ordem de Serviço 01/2023. Fica AUTORIZADO o Leiloeiro ou a pessoa por ele designada a obter certidões relativas ao bem junto a órgãos públicos, inclusive sobre ônus/dividas existentes perante as Fazendas Públicas, órgãos de trânsito, instituições financeiras, bem como condomínios e a inspecionar e fotografar os bens para averiguar suas condições de conservação. A comissão do leiloeiro é devida a partir da publicação do edital, observando-se o seguinte: I- 2% sobre o valor da adjudicação, pelo interessado; II- 5% sobre o valor do preço, pelo Arrematante; III- 2% sobre o valor da avaliação, pelo executado, em caso de remição ou conciliação. Em caso de acordo, a hasta pública será suspensa somente se o executado comprovar o pagamento de todas as despesas do processo. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakoguelicoes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão. Os bens serão vendidos pelo maior lance, não se considerando vil, em segundo Leilão, o lance igual ou superior a 40% da avaliação, se móvel, e igual ou superior a 50% da avaliação, se imóvel. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação e funcionamento em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções. Quanto aos impostos e multas de trânsito pendentes de pagamento, aplicar-se-á o disposto no artigo 908, do CPC e é único, do artigo 130, do CTN. O produto da alienação será depositado em conta judicial, à disposição do Juízo, no prazo de 24 horas. Faculta-se aos Arrematantes a garantia do lance com o sinal correspondente a 20%, acrescido da comissão do Leiloeiro, e o depósito do remanescente do preço, em 24 horas, mediante depósito judicial vinculado aos autos, sob pena de perda do sinal, na forma preconizada no artigo 888, §4º, CLT. Nos termos do artigo 895 do CPC, faculta-se ao interessado adquirir o bem penhorado em prestações, desde que este possua poderes especiais, observadas as regras atinentes à comissão do Leiloeiro. Ainda, a fica intimado para que exerça, querendo, no prazo legal, o direito de adjudicar o bem por valor igual ou superior ao maior lance oferecido, se houver, ou, não havendo licitantes, pelo valor da avaliação. O Exequente poderá oferecer lance por conta de seu crédito, para arrematação, bem como requerer adjudicação, pessoalmente ou por intermédio de procurador, desde que este possua poderes especiais, observadas as regras atinentes à comissão do Leiloeiro. Na hipótese de restar negativa a intimação pessoal dirigida a quaisquer das partes e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), inclusive dos credores hipotecários, coproprietários e cônjuges, ficam estes devidamente intimado(a)(s) por meio deste Edital acerca da designação para a realização dos leilões/praca e de que poderá (ão) remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC). Ficam ainda intimados que o prazo para apresentação de quaisquer medidas fluirá, independentemente de nova intimação, a partir do dia seguinte ao ato expropriatório. Ponta Grossa, 16 de outubro de 2026. PAULO ROBERTO NAKAKOGUE Leiloeiro Público Oficial Matrícula JUCEPAR N.º 12/048-L.

de remição, adjudicação ou arrematação do exequente, pelo interessado, mediante depósito prévio; III- havendo devolução do bem sem alienação, as despesas ficarão a cargo do executado, devendo ser cobradas na forma das demais despesas processuais. Havendo recusa na entrega do(s) bem(s), o Leiloeiro está autorizado a requisitar o auxílio dos Oficiais de Justiça deste Juízo, bem como, através destes, auxílio de força policial (conforme artigo 846, § 2º, do CPC), para proceder à remoção constante deste mandado. Não sendo entregues o(s) bem(s), o Oficial de Justiça deverá intimar o depositário para apresenta-lo (s) na sede deste Juízo, em 48 horas, sob pena de aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça. Negativo o Leilão, o Leiloeiro fica desde já autorizado a proceder diretamente a alienação do bem, conforme autoriza o art. 888, parágrafo 3º da CLT, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a qual deverá ser formalizada mediante termo de alienação expedido pelo leiloeiro, com assinatura do adquirente, que será juntado aos autos, para análise e homologação pelo Juízo. No tocante ao pagamento da comissão, despesas de remoção e armazenamento, bem como sinal e pagamento parcelado, aplicam-se as mesmas disposições previstas para o Leilão. Na hipótese de restar negativa a intimação pessoal dirigida a quaisquer das partes e seu(s) cônjuge(s) se casado(s) for(em), inclusive dos credores hipotecários, coproprietários e cônjuges, ficam estes devidamente intimado(a)(s) por meio deste Edital acerca da designação para a realização dos leilões/pracha e de que poderá (ão) remir a execução pagando o principal e acessórios, até antes da arrematação e/ou adjudicação (art. 826 do CPC). Ficam ainda intimados que o prazo para apresentação de quaisquer medidas fluirá, independentemente de nova intimação, a partir do dia seguinte ao ato expropriatório. Ponta Grossa, 15 de Outubro de 2026. PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial Matrícula JUCEPAR N.º 12/048-L.

EDITAL DE LEILÃO: PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Público Oficial Matrícula JUCEPAR N.º 12/048-L, e devidamente autorizado e designado pela Sra. Dra. Juíza do Trabalho SIMONE GALAN DE FIGUEIREDO/PR FAZ SABER, a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tomarem conhecimento, que ficam designados PRAÇA e LEILÃO para o dia 25 de Novembro de 2026 a partir das 10h00min por valor igual ou superior ao da avaliação e dia 03 de Dezembro de 2026 a partir das 10h00min, caso não hajam interessados na primeira data, para a venda a quem mais der desde que não se constitua preço vil, nas modalidades PRESENCIAL e ELETRÔNICA, a serem realizados Premium Vila Velha Hotel sito na R. Balduino Taques, 123, Centro, Ponta Grossa/PR, CEP 84040-000, e através da internet, no sítio: www.nakakoguelicoes.com.br, relativos aos bens penhorados nos autos a seguir relacionados: No caso do lote designado para a realização da Hasta Pública ser feriado ou não tiver expediente forense, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital. 01-Autos n.º. 0000554-03.2025.5.09.0124 – ATSum 04ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR Exequente (01) JOSE PINHEIRO (CPF/CNPJ 451.751.019-00); Adv. Exequente Glauber Alexandre Laskos (OAB/PR 107.389); Tainan Felix Laskos (OAB/PR 68.675); Executado (a) (01) CCM FABRICAÇÃO, LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA (CPF/CNPJ 34.904.577/0001-40); Adv. Executado Ana Claudia de Lima Auer (OAB/PR 55632); Executado (a) (02) HEVERTON ROBERTO BACH AUER (CPF/CNPJ 026.620.319-13); Adv. Executado Ana Claudia de Lima Auer (OAB/PR 55632); Executado (a) (03) VANDIR DOS SANTOS (CPF/CNPJ 640.081.779-49); Depositário Fiel (1) PAULO ROBERTO NAKAKOGUE; End. da Guarda (01) Rua Senador Accioly Filho, 1625, Cidade Industrial, Curitiba/PR; Penhora realizada 30/07/2026 (fls. 225/236); Qualificação do(s) Bem (01) R\$ 19.285,00;01 Veículo FIAT/PALIO 1.0 FIRE ECONOMY, Placa FLV8751, Ano/Modelo 2013/2014, Cor Vermelha, RENAVAL: 0059.288787-1, Chassi: 9BD17106LE5903828, Combustível: Alcool/Gasolina, em regular estado. Total da Avaliação R\$ 19.285,00; DÉBITOS SOBRE O BEM PENHORADO – DETRAN/PR: R\$ 4.978,97 - ATÉ 28/08/2026. 02-Autos n.º. 000071030.2021.5.09.0124 – ATOrd; 04ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR; Exequente (01) LUIS CESAR PEREIRA (CPF/CNPJ 098.553.309-94); Adv. Exequente Regina Aparecida Gosmann Silva (OAB/PR 31.884); Executado (a) (01) CARLOS FELIPE ROCHA DA SILVA CONSTRUCAO CIVIL (CPF/CNPJ 21.264.560.0001-23); Adv. Executado Leonardo Henrique Cepelucci (OAB/PR 100.878); Wagner Soares da Silva (OAB/PR 102.267); Executado (a) (02) CARLOS FELIPE ROCHA DA SILVA (CPF/CNPJ 058.891.739-79); Adv. Executado Leonardo Henrique Cepelucci (OAB/PR 100.878); Wagner Soares da Silva (OAB/PR 102.267); Executado (a) (04) SIMONE DE FATIMA VIDAL FERNANDES (CPF/CNPJ 084.627.199-09); Adv. Executado Leonardo Henrique Cepelucci (OAB/PR 100.878); Wagner Soares da Silva (OAB/PR 102.267); Executado (a) (04) SIMONE DE FATIMA VIDAL FERNANDES (CPF/CNPJ 27.139.837/0001-72); Depositário Fiel (1) PAULO ROBERTO NAKAKOGUE; End. da Guarda (01) Rua Senador Accioly Filho, 1625, Cidade Industrial, Curitiba/PR; Penhora realizada 24/04/2026 (fls. 881/884); Qualificação do(s) Bem (01) R\$ 4.000,00; Motocicleta YAMAHA/CRYPTON T105E, Placa: AKA-9437, Ano/Fabricação: 2001/2001, RENAVAL: 0076.475918-3, Chassi: 9C6KE020010038694, Combustível: Gasolina, Cor: Preta, Combustível: Gasolina, Cor: Preta, Ponta Grossa/PR. Total da Avaliação R\$ 4.000,00; DÉBITOS SOBRE O BEM PENHORADO – DETRAN/PR: R\$ 2.695,14 - ATÉ 03/09/2026. 03-Autos n.º.0000919-91.2024.5.09.0124 – ATOrd; 04ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR; Exequente (01) ROSEMARY DE OLIVEIRA PANIK (CPF 022.883.279-95) End. Exequente Rua Neiva Aurora Ferreira Mongruel, 22, Contorno, Ponta Grossa/PR (fls. 17);

Adv. Exequente Pedro Eduardo Lazari (OAB/PR 93.358); Vinicius Gaspar (OAB/PR 71.369);Executado (a) (01) PRESTACRE GESTAO DE SAUDE LTDA (CPF/CNPJ 36.735.859/0001-96); End. Executado(a) (01) Rua Visconde de Baraúna, 1010, Jardim Carvalho, Ponta Grossa/PR (fls. 686); Adv. Executado Karina De Fatima Lopes Aires (OAB/PR 75.119); Dyessica Ambrosini (OAB/PR 75.119); Executado (a) (02) INSTITUCAO DE LONGA PERMANENCIA DE IDOSOS SAO PIO LTDA (CPF/CNPJ 45.672.908/0001-80) End. Executado(a) (02) Rua Visconde de Baraúna, 1010, Jardim Carvalho, Ponta Grossa/PR; Adv. Executado Karina de Fatima Lopes Aires (OAB/PR. 75.119); Dyessica Ambrosini (OAB/PR. 67.707); Executado (a) (03) PRESTACRE SOLUCOES HOSPITALARES LTDA (CPF/CNPJ 45.874.727/0001-36) End. Executado(a) (03) Rua Augusto Severo, 841, Nova Rússia, Ponta Grossa/PR; Adv. Executado Karina de Fatima Lopes Aires (OAB/PR. 75.119); Dyessica Ambrosini (OAB/PR. 67.707); Depositário Fiel (1) OSVALDO STRAUJSKI JUNIOR (CPF:081.784.789-86); End. da Guarda (01) Rua Visconde de Baraúna, 1010, Jardim Carvalho, Ponta Grossa/PR; Penhora realizada 09/06/2026 (fls. 686/693); Qualificação do(s) Bem (01) R\$ 31.500,00; 03 (três) Lhamas adultas: R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) cada. Qualificação do(s) Bem (02) R\$ 1.650,00; 01 (uma) Ovelha adulta. Total da Avaliação R\$ 33.150,00; 04-Autos n.º. 0001037-33.2025.5.09.0124-ATOrd; 04ª Vara do Trabalho de Ponta Grossa/PR; Exequente (01) LUKA SAMUEL BORST (CPF/CNPJ 067.294.479-07); Adv. Exequente Anderson Luis Machado (OAB/PR 49.794); Executado (a) (01) RICARDO SCHNEIDER MOVEIS EIRELI (CPF/CNPJ 07.869.819/0001-39); Adv. Executado Priscilla Garbelini Jaronski (OAB/PR 40.050); Depositário Fiel (1) PAULO ROBERTO NAKAKOGUE; End. da Guarda (01) Rua Senador Accioly Filho, 1625, Cidade Industrial, Curitiba/PR; Penhora realizada 31/08/2026 (fls. 768/771) Qualificação do(s) Bem (01) R\$ 33.000,00; 10 Mesas em tubo e chapa de aço mapeio com tratamento fosfatizado, escovamento manual e acabamento em resina epóxi. Possui reforço no tampo em MDF (Medium Density Fiberboard) pintado, passa-fios e sapatas plásticas. CM BRAS, referencia ID: 318879. Altura 76,00CM, Largura 160,00CM, Profundidade 75,00CM; Páreo unitário R\$ 3.300,00. Total da Avaliação R\$ 33.000,00; Para o ato foi designado o Sr. PAULO ROBERTO NAKAKOGUE, Leiloeiro Oficial matriculado perante a Junta Comercial do Paraná sob o nº 12/048L. Fica AUTORIZADO o Leiloeiro ou a pessoa por ele designada a obter certidões relativas ao bem junto a órgãos públicos, inclusive sobre ônus/dividas existentes perante as Fazendas Públicas, órgãos de trânsito, instituições financeiras, bem como condomínios e a inspecionar e fotografar os bens para averiguar suas condições de conservação. Serão aceitos lances presenciais, no dia, hora e local acima descritos ou, ainda, aqueles ofertados pela Internet, através do sítio eletrônico www.nakakoguelicoes.com.br, desde que tenham realizado cadastramento prévio e envio da documentação exigida, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência ao leilão. Os bens móveis e imóveis serão leiloados no estado de conservação e funcionamento em que se encontram, não cabendo reclamações, desistências, cancelamento ou devoluções. O produto da alienação será depositado em conta judicial, à disposição do Juízo, no prazo de 24 horas. Faculta-se aos Arrematantes a garantia do lance com o sinal correspondente a 20%, acrescido da comissão do Leil